

ATA EXECUTIVA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO COMÉRCIO POPULAR (CCP), realizada em nove de outubro de dois mil e vinte e três, presencialmente, na Prefeitura de Juiz de Fora. A reunião foi conduzida pela presidenta **Aline da Rocha Junqueira**, secretária de Sustentabilidade em Meio Ambiente e Atividades Urbanas (SESMAUR), na presença dos seguintes membros: **Cidinha Louzada (titular)** Secretária de Governo, **Marcelo Souza Coelho (suplente)**, secretaria de Governo (SG); **Márcia Aparecida Valle (titular)**, da SESMAUR, **Raphael Lopes Ribeiro (titular)**, da SEPUR; **Marcelo Rodrigues Sepulveda (titular)**, do Sindicato do Comércio de Juiz de Fora (SindComércio JF); **Oscar Furtado (suplente)**, da Câmara de Dirigente Lojistas de Juiz de Fora; **Jordana Eni da Silva (titular)**, da Associação de Apoio do Comércio Popular de Rua de JF; **Márcia dos Santos Zamblute (suplente)** da Associação de Apoio do Comércio Popular de Rua de JF; **Cláudio Sousa Menezes (titular)**, da Associação de Apoio aos Camelôs, Ambulantes e Artesões de Juiz de Fora, **Anderson Pontes Tavares (suplente)**, da Associação de Apoio aos Camelôs, Ambulantes e Artesões de Juiz de Fora; Atingido o quórum, iniciou-se com a fala da presidente Aline da Rocha Junqueira acerca do processo judicial aberto por uma concorrente que possui uma licença como artesã e pleiteou uma vaga para acessórios na Praça da Estação, sendo que a vaga para artesanato, segundo o Edital, está disponível para o Largo do Riachuelo. A defesa será apresentada pela prefeitura e a classificação será publicada cumprindo a decisão judicial. A presidente também reforça acerca do prazo de 45 dias após a publicação da convocação para apresentação do MEI e demais documentos e o prazo de 30 dias para desocupação direcionados àqueles que foram notificados seja por não terem sido contemplados ou contemplados em outro local. A Secretária de Governo Cidinha Louzada inicia sua fala alertando sobre as informações de comerciantes contemplados pelo Edital praticando o aluguel de ponto. Foi decidido que as denúncias feitas acerca desse assunto deverão acontecer mediante registro e a tolerância para tal prática será zero. Nada mais a ser tratado, a reunião foi encerrada. Eu, Paula Martins, Assessora da Secretaria de Sustentabilidade em Meio Ambiente e Atividade Urbanas, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os membros da CCP.